



Esquerda e Direita

Direita e esquerda no Séc. XXI

Uma perspectiva liberal

A dicotomia entre direita e esquerda assume, inequivocamente e com grande frequência, um papel de destaque, tanto no debate político como no âmbito académico.¹

A preponderância da dicotomia é de tal forma saliente que, mesmo quando a reflexão teórica é realizada em termos de categorias conceptuais distintas – como liberalismo, conservadorismo ou socialismo – essa abordagem continua a ter habitualmente como pano de fundo a distinção entre esquerda e direita.²

Não obstante essa inegável preponderância, no presente texto são expostas de forma sintética o que se considera serem as principais razões para encarar com cepticismo a utilização da referida dicotomia. Em primeiro lugar, a variação – nem sempre consistente – da dicotomia quando aplicada a diferentes dimensões e circunstâncias temporais. Seguidamente, com referência a título de ilustração ao contexto português, o facto de, mesmo quando aplicada num contexto bem determinado e circunscrito, a dicotomia colocar dificuldades e ter limitações muito significativas. Finalmente, são discutidas, exploratoriamente, algumas possíveis



POR
**André
Azevedo Alves**

Coordenador do Centro de Investigação e Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

alternativas à dicotomia direita/esquerda que, pelo menos para algumas finalidades, se considera apresentarem vantagens significativas em termos da clareza do debate político contemporâneo e da investigação no âmbito tanto da teoria política como das políticas públicas.

LIMITAÇÕES TEMPORAIS E ESPACIAIS

Para qualquer discussão da dicotomia direita/esquerda importa recordar as suas origens e a sua associação à Revolução Francesa. Sendo certo que a utilização dos conceitos de direita e esquerda enquanto formas de classifi-

cação, sob variadas formas, é anterior à Revolução Francesa, é sem dúvida a partir de 1789 e com o posicionamento dos deputados na Assembleia que a dicotomia assume contornos e significados próximos dos actuais.³ Curiosamente, logo a partir dos primeiros anos de aplicação prática da dicotomia por parte dos deputados são visíveis as suas limitações. De facto, à medida que a Revolução avança em França, os grupos e posições representados “à direita” e “à esquerda” mudam com rapidez similar. O que remete para uma primeira limitação, de natureza temporal: o que é “a direita” ou “a esquerda” (ou o que são consideradas posições “de direita” ou “de esquerda”) varia substancialmente – e por vezes também rapidamente – ao longo do tempo.

Será, evidentemente, possível contra-argumentar que a variação ao longo do tempo, mesmo que significativa, não invalida a utilização da dicotomia, desde que a mesma seja encarada de forma mais relativista e dependente do contexto. Uma contra-argumentação válida, mas cuja aceitação plena e con-





ESPECIAL



Orlando Samões, José Tomaz Castelo Branco, João Rosas, Hugo Chelo

sistente obriga a fazer um uso bem mais limitado da dicotomia direita/esquerda.

Também a nível espacial se colocam limitações de natureza similar ao emprego da dicotomia. Se é certo que “a direita” e “a esquerda” de 1789 em França apresentam diferenças significativas relativamente “à direita” e “à esquerda” francesas de, por exemplo, 1815, não é menos verdade que “a direita” e “a esquerda” de 1789 em França apresenta também diferenças muito substanciais em vários aspectos relativamente ao que poderia ser considerada “a direita” e “a esquerda” em 1789 em Inglaterra. Mais uma vez, é possível contra-argumentar que a variação entre diferentes contextos espaciais, mesmo que significativa, não invalida a utilização da dicotomia, desde que a mesma seja encarada de forma mais relativista e dependente, neste caso, também da localização. Uma contra-argumentação que, à semelhança da anterior sobre variações no tempo, pode também ser considerada válida, mas cuja aceitação reforça a obrigação de cautela e limitação no uso da dicotomia direita/esquerda.



Considerando conjuntamente as limitações de natureza espacial e temporal na sua aplicação, parece legítimo questionar até que ponto a dicotomia direita/esquerda pode ser considerada útil

Considerando conjuntamente as limitações de natureza espacial e temporal na sua aplicação, parece legítimo questionar até que ponto a dicotomia direita/esquerda pode ser considerada útil. Se por um lado facilita a discussão por simplificar a

forma de referenciar determinadas ideias ou grupos – em determinadas circunstância de tempo e lugar – por outro pode com igual facilidade gerar confusão ou obscurecer a reflexão por designar com as mesmas “etiquetas” realidades que são frequentemente muito diferentes.

LIMITAÇÕES DE APLICAÇÃO EM CONTEXTOS ESPECÍFICOS

Uma dificuldade adicional advém da consideração das limitações associadas à multi-dimensionalidade do debate político e das políticas públicas. Mesmo considerando um determinado contexto espacial e temporal bem definido, haverá um número significativo de dimensões distintas a que a dicotomia direita/esquerda deverá ser aplicada de forma razoavelmente consistente sob pena de não constituir uma grelha interpretativa particularmente útil. Assim, importará ter em conta, entre outras, uma dimensão económica (porventura sub-dividida em várias outras relativas a aspectos fiscais, de dimensão do Estado, de orga-



nização económica, etc), uma dimensão social (mais uma vez passível de múltiplas sub-divisões), uma dimensão de política externa, uma dimensão cultural e, em muitos casos, também uma muito relevante dimensão religiosa.

Parece difícil dissociar a utilidade conceptual da dicotomia direita/esquerda como ferramenta de análise e compreensão da realidade da possibilidade de ela ser aplicada de forma minimamente consistente e coerente nas várias dimensões relevantes. Ora, como é fácil de constatar, em múltiplas realidades políticas, tal está longe de acontecer. Mesmo em contextos específicos bem definidos e delimitados, a dicotomia direita/esquerda aplica-se de forma distinta consoante a dimensão que esteja a ser considerada. Este factor adicional de dificuldade pode ser visto, pelo menos em alguma medida, como análogo ao que se coloca quando se procura aplicar o teorema do eleitor mediano (o qual aliás na sua formulação mais habitual faz uso da dicotomia direita/esquerda).⁴ Se todas as opções políticas pudessem ser reduzidas a uma única dimensão, o teorema (como a dicotomia) teria uma aplicação perfeita. Mas como a realidade política é intrinsecamente multidimensional a aplicação do teorema (e da dicotomia) é necessariamente mais limitada.

Vale a pena considerar também que, mesmo num contexto específico, a dicotomia e os seus usos e percepções podem sofrer alterações substanciais num curto espaço de tempo. Considere-se, a título de exemplo e também pela sua proximidade, a situação portuguesa antes e depois da revolução de 1974.⁵ No período seguinte à revolução, a direita enquanto categoria auto-identificadora praticamente desaparece, ao mesmo tempo que se torna omnipresente na hetero-classificação dos rivais políticos por parte das várias forças triunfantes da revolução. À excepção de alguns fenómenos remetidos para uma situação de semi ou completa marginalidade no novo regime, o “centrismo” torna-se o novo limiar da respeitabilidade. Para um observador externo da nova situação, a aplicação da dicotomia revelar-se-ia revestida de alguma complexidade, particularmente na análise do posicionamento do que se poderiam considerar as duas principais forças partidárias “à direita”. Sendo certo que é possível, como faz Adolfo Mes-



“

Uma alternativa, é a de substituir a dicotomia direita/esquerda por uma outra que realce a distinção entre acção voluntária assente nos conceitos de liberdade e responsabilidade individual, por um lado, e acção coerciva, por outro

quita Nunes, apontar logo à nascença do partido um “falso centrismo do CDS”, a verdade é que o exemplo permite salientar, uma vez mais, as limitações da dicotomia para a análise de muitas situações políticas concretas.⁶

ALTERNATIVAS À DICOTOMIA DIREITA/ESQUERDA

Identificadas, ainda que muito sumariamente, algumas das principais limi-

tações da dicotomia direita/esquerda, importa deixar algumas notas, ainda que de forma igualmente sumária sobre possíveis alternativas.

Uma primeira possibilidade, seguindo a leitura que Bobbio aplica no contexto da própria dicotomia direita/esquerda, seria substituir a referida dicotomia por uma outra focada no posicionamento face ao igualitarismo. Para Bobbio, recorde-se, o conteúdo substantivo da dicotomia direita/esquerda centra-se essencialmente nas diferentes atitudes face à igualdade.⁷ A esquerda caracterizar-se-ia tendencialmente por uma defesa da igualdade enquanto a direita tenderia a valorizar em mais circunstâncias a desigualdade na ordem económica e social. Bobbio reconhece que as múltiplas dimensões politicamente relevantes (já assinaladas anteriormente) colocam um problema sério, mas argumenta que ainda assim o enfoque na questão das atitudes face à igualdade proporciona um critério razoavelmente consistente, evitando assim o uso puramente relativo e contextual da dicotomia direita/esquerda. No entanto, ainda que se aceite a análise de Bobbio, a questão que permanece é se não seria mais clarificador utilizar alternativamente de forma explícita o conceito de igualitarismo (por contraste com posições não igualitaristas) em vez de insistir no uso potencialmente equívoco da dicotomia esquerda/direita cujo conteúdo substantivo se reduziria,



afinal, ao posicionamento em torno do conceito de igualdade.

Uma segunda alternativa, possivelmente mais elucidativa, é a de substituir a dicotomia direita/esquerda por uma outra que realce a distinção entre acção voluntária assente nos conceitos de liberdade e responsabilidade individual, por um lado, e acção coerciva, por outro.⁸ Uma distinção que remete necessariamente para a efectiva articulação política do princípio da subsidiariedade opondo concepções mais liberais a concepções mais estatizantes. O que por sua vez pode ser perspectivado também como um problema de cultura, em linha com a argumentação de Mário Pinto quando salienta a importância de “reforçar uma cultura de sociedade, por oposição a uma cultura de Estado”.⁹

Este alargamento de horizontes face à tradicional utilização da dicotomia direita/esquerda pode possibilitar também um mais claro e consistente enquadramento dos conceitos de conservadorismo, liberalismo e socialismo. No âmbito da dicotomia direita/esquerda, o liberalismo acaba por ser habitualmente, numa fase inicial, encaixado à esquerda por oposição ao conservadorismo do Antigo Regime para, subsequentemente, ser progressivamente encostado à direita pelo advento do socialismo. Uma leitura que levanta dificuldades precisamente pelas várias limitações já discutidas da visão dicotómica. Daí que a proposta de grelha teórica avançada por José Manuel Moreira, sugerindo um triângulo com liberalismo, conservadorismo e socialismo nos seus vértices, possibilite uma articulação mais satisfatória dos três conceitos.¹⁰ Indo além da visão dicotómica direita/esquerda torna-se possível, por um lado, considerar formas de liberalismo mais conservador e formas de liberalismo mais socialista, ao mesmo tempo que se abre caminho à contextualização de formas de conservadorismo – assim como de socialismo – mais ou menos liberais.

Ao ultrapassar as limitações da dicotomia direita/esquerda como grelha principal de análise, torna-se também possível focar a atenção na relevância que assumem os diferentes entendimentos conceptuais em distintas culturas políticas. Como realça João Carlos Espada:

*Basicamente, gostaria de sugerir que as diferenças entre a tradição política anglo-americana e a tradição política francesa correspondem a diferenças entre duas grandes culturas ou tradições políticas. E gostaria de sugerir que as diferenças entre estas duas culturas políticas são mais importantes do que as diferenças entre esquerda e direita ou entre socialismo, liberalismo e conservadorismo. Diria mesmo que a esquerda e direita estão mais perto uma da outra no interior de cada uma dessas culturas políticas do que a esquerda está da esquerda e a direita está da direita em diferentes culturas políticas.*¹¹

Uma abordagem que tem também como vantagem permitir compreender com maior clareza a evolução do padrão de intervenção do Estado no Ocidente desde o final da Segunda Guerra Mundial, evolução essa que pareceria de difícil enquadramento no âmbito estrito da visão dicotómica direita/esquerda.¹²

Em suma, face às suas limitações e às alternativas disponíveis, a utilização da dicotomia direita/esquerda no debate político contemporâneo deverá ser encarada com máxima cautela e, provavelmente, com uma considerável dose de cepticismo. ■

NOTAS

¹ Para uma discussão de vários dos principais temas relacionados com a dicotomia e respectivas implicações, cf. João Carlos Espada, Marc F. Plattner e Adam Wolfson (orgs.), *Direita e Esquerda? Divisões Ideológicas no Século XXI* (Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006).

² Cf., por exemplo, João Cardoso Rosas e Ana Rita Ferreira (orgs.), *Ideologias Políticas Contemporâneas: Mudanças e Permanências* (Coimbra, Almedina, 2013).

³ Sobre os conceitos de direita e esquerda no período anterior à Revolução Francesa, cf. Erik von Kuehnelt-Leddihn, *Leftism: from de Sade and Marx to Hitler and Marcuse* (New York, Arlington House, 1974), em particular pp. 36-43.

⁴ Para mais desenvolvimentos sobre este aspecto, cf. André Azevedo Alves e José Manuel Moreira, *O que é a Escolha Pública? Para uma Análise Económica da Política* (Cascais: Principia, 2004).

⁵ Um tema que desenvolvi na minha comunicação «As Direitas e o Estado face ao Mercado» apresentada no âmbito do Colóquio «O Estado das Direitas na Democracia portuguesa», que se realizou no dia 2 de Fevereiro de 2012 no Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa. Encontra-se em preparação um livro com base no colóquio, sob organização de Riccardo Marchi, que contará com um capítulo que tem por base a referida comunicação.

⁶ Cf. Adolfo Mesquita Nunes, “O CDS e a Democracia Cristã (1974-1992).” Artigo originalmente publicado em 2007, no n.º 13/16 da *Polis – Revista de Estudos Políticos*, da Universidade Lusitana. A versão utilizada foi uma republicação do artigo pelo Gabinete de Estudos Gonçalves Begonha.

⁷ Cf. Norberto Bobbio, *Left & Right: The Significance of a Political Distinction* (Cambridge, Polity Press, 1996).

⁸ Uma abordagem que pode ser identificada, por exemplo, no tratamento dos conceitos de liberdade e coerção em Friedrich A. Hayek, *The Constitution of Liberty* (Chicago, The University of Chicago Press, 1960), assim como, numa abordagem mais radical da dicotomia, em Murray N. Rothbard, *Power and Market: Government and the Economy* (Kansas City, Sheed Andrews and McMeel, 1970); 4ª edição Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2006).

⁹ Mário Pinto, *Liberdades de Aprender e Ensinar* (Lisboa, Quetzal Editores, 2003), p. 59. Para um melhor entendimento desta perspectiva, recomenda-se em particular a leitura do capítulo «Reformar o Estado Providência para salvar o Estado Social», pp. 13-61.

¹⁰ Cf. José Manuel Moreira, *Liberalismos: Entre o Conservadorismo e o Socialismo* (Lisboa, Pedro Ferreira, 1996). Note-se que o problema não se coloca apenas a partir do Séc. XVIII com o advento do liberalismo. Também para importantes correntes e movimento de pensamento anteriores, como a escolástica ibérica tardia, a visão triangular parece ser mais adequada do que a dicotómica. A este propósito cf. André Azevedo Alves e José Manuel Moreira, *The Salamanca School* (New York/London, Continuum, 2010; 2ª edição New York/London, Bloomsbury, 2013).

¹¹ João Carlos Espada, *A Tradição Anglo-Americana da Liberdade: Um Olhar Europeu* (Cascais, Principia, 2008), p. 15.

¹² Sobre este aspecto, e em articulação com a abordagem da teoria da escolha pública, cf. André Azevedo Alves e John Meadowcroft, «Hayek's Slippery Slope and the Resilience of the Mixed Economy», *Political Studies*, 2013.